



CÂMARA MUN. DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

APROVADO EM
SESSÃO DE 30.10.00
Presidência

PROJETO DE LEI Nº 17/2000

SÚMULA: Declara de utilidade pública o Clube de Mães Nossa Senhora de Medianeira e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Hercílio Orben, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte


LEI

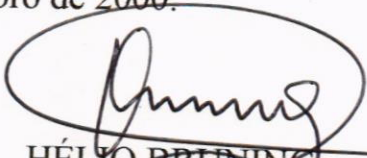
Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube de Mães Nossa Senhora de Medianeira, entidade de Direito Privado, de natureza promocional e assistencial, sem fins lucrativos, registrado no CNPJ com o n.º 03.844.689/0001-29.


Art. 2º - O Clube de Mães Nossa Senhora de Medianeira, com sede na Linha Flor da Serra, neste município, seguirá os dispositivos do Estatuto Próprio, registrado na Comarca de Catanduvas com o n.º 198 em data de 26 de maio de 2000.

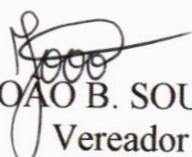
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

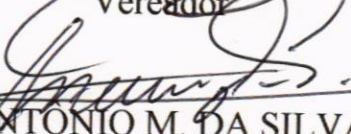
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, aos 24 de outubro de 2000.

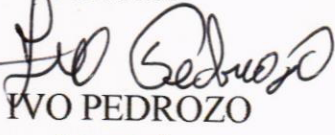

LUIZ ALBERTON
Vereador

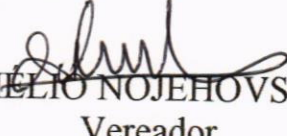

HÉLIO BRUNING
Vereador

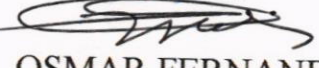

ADELMO DE SOUZA
Vereador

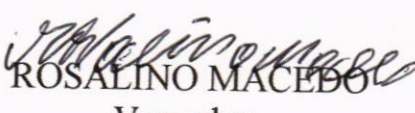

JOÃO B. SOUZA
Vereador


ANTÔNIO M. DA SILVA
Vereador


IVO PEDROZO
Vereador


HÉLIO NOJEHOVSI
Vereador


OSMAR FERNANDES
Vereador


ROSALINO MACEDO
Vereador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ
COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

03.844.689/0001-29

VÁLIDO ATÉ

31/07/2000

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma, razão social ou denominação comercial)

CLUBE DE MAES NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

LINHA FLOR DA SERRA

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

BAIRRO/DISTRITO

ZONA RURAL

MUNICÍPIO

TRES BARRAS DO PARANA

NÚMERO

S/N

CEP

85485-000

UF TELEFONE/CONTATO

PR

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou Alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

0910100 CASCAVEL

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

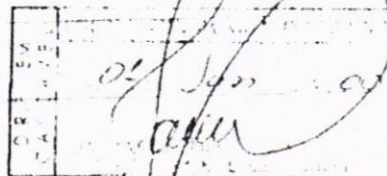
DATA DE EMISSÃO

01/06/2000

CARGO

ASSINATURA

Apresentar este CNPJ nº 82/99



CPF

ESTATUTO DO CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, E FINALIDADE

Art. 1º O CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DE MEDIANEIRA, de Flor da Serra, município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, é uma entidade de Direção Privada, de Natureza promocional e assistencial, sem fins lucrativos, com sede na localidade de Flor da Serra, município de Três Barras do Paraná e foro na Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná.

Art. 2º - O Clube terá por finalidade:

I - A integração social das mulheres.

III- Melhorar as condições de vida das mulheres de Flor da Serra

IV- Realizar campanhas, eventos, promoções em benefício do Clube.

Art. 3º - Para a consecução de suas finalidades, o Clube de Mães Nossa Senhora de Medianeira, desenvolverá planos, programas e projetos, visando a:

Estabelecer uma filosofia de ação que atue junto as mulheres e famílias, buscando dar-lhes condições de:

d) Integrar-se socialmente.

e) Conscientizar-se de sua dignidade humana.

f) Promover-se como ser humano

I - Atuar nessas mulheres para que exerçam em sua plenitude total

II- Promover atividade educacionais e artesanais.

II- Prestar Assistência as mulheres atendendo para os seguintes pontos:

c) Prestar cursos as mulheres.

d) Constituir a integração que possibilitam a convivência das mulheres

I- Apoiar atividades de entidades locais que tem finalidades afins.

II- Promover a conscientização e participação das mulheres na sua responsabilidade perante os interesses das mulheres.

Art. 4º - A duração do clube será por tempo indeterminado.

CAPITULO II

DOS ORGÃOS E SUA COMPETENCIA

Art. 5º - O Clube constituir-se-á dos seguintes órgãos:

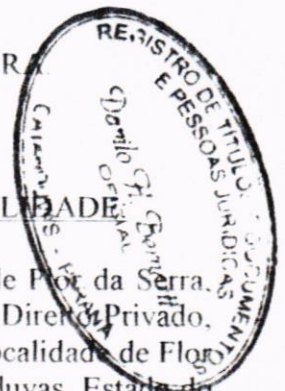
I - Assembléia geral

II- Conselho deliberativo

III- Conselho fiscal

IV- Diretoria

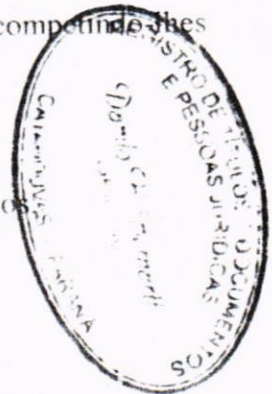
Parágrafo Único- Nenhum membro da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo, ou do Conselho Fiscal, receberá vencimentos ou qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas encargos.



CAPITULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 6º - A Assembléia Geral é o órgão soberano, de liberação, competência e decisões privativamente:

- I - Eleger o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.
- II - Emendar ou rever o Estatuto.
- III - Resolver sobre a extinção do Clube.
- IV - Conhecer do relatório e dos balanços anuais deliberando sobre os mesmos.
- V - Aprovar o ingresso de novos membros na Assembléia Geral.
- VI - Decidir sobre a alienação de bens imóveis.
- VII - Discutir e deliberar sobre assuntos para os quais for convocada.



Art. 7º - Constituirão a Assembléia Geral as pessoas que:

- I - Instituírem a Associação, subscrevendo sua ATA de criação, e se comprometerem a mantê-la.
- II - Fizerem após sua instituição, doações ou se integrarem as suas atividades

Art. 8º - A Assembléia Geral reunir-se-á:

- II - Ordinariamente;
 - c) De 4 (quatro) à 4 (quatro) anos, na 3º Sexta-feira do mês, para eleger seus Conselhos Deliberativos e Fiscal, e aprovar as contas de suas gestões
 - d) Anualmente na primeira quinzena de março será feito para aprovação do Balanço do exercício anterior e do plano Anual.
- II Extraordinariamente, quando convocada
 - b) Pelo Presidente do Conselho Deliberativo
 - b) Pela maioria absoluta dos integrantes do Conselho Deliberativo.
 - c) Pela maioria absoluta dos integrantes do Conselho Fiscal
 - d) Por 1/3 (um terço) dos membros da Assembléia Geral

Art. 9º - Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou por seu substituto.

Art. 10º - A Assembléia geral deliberará:

- VII - Em primeira convocação, com a maioria da presença absoluta de seus integrantes
- VIII - Em Segunda convocação 1 (uma) hora após com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados.

CAPITULO IV DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 11º - O Conselho Deliberativo será composto por 7 (sete) membros efetivos eleitos pela Assembléia Geral a saber:

- I - Presidente
- II - Vice- Presidente
- III - Secretário Geral

IV- Secretario Auxiliar

V -Tesoreroiro

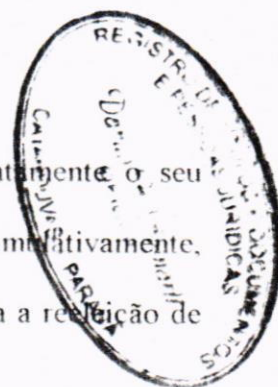
VI- Tesoureiro auxiliar

VII-Diretor de Patrimônio

1º- Vagando um dos cargos do conselho deliberativo, assumirá imediatamente o seu substituto, e na 1ª Assembléia Geral será eleito o auxiliar do cargo.

2º - Se ocorrer no último semestre do mandato, a vaga será preenchida, cumulativamente, por um dos membros do Conselho Deliberativo por eles escolhidos.

3º- Será de 4 (quatro) anos o mandato do Conselho Deliberativo, permitida a reeleição de qualquer de seus membros.



Art. 12º- compete ao Conselho Deliberativo.

Aprovar o Regimento Interno do Clube.

VII- Dar cumprimento ao Planejamento Anual Aprovado pela Assembléia Geral

VIII- Estabelecer Programas e projetos que viabilizam o planejamento Anual.

IX- Examinar relatórios e Balanços do Clube.

X- Propor emendas ou revisão do Estatuto.

XI- Instituir serviços, órgão de trabalho e unidades assistenciais, previstos no Planejamento Anual.

XII- Opinar, quando convocada, sobre qualquer assunto relevante.

Art. 13º - Compete do Presidente do Conselho Deliberativo

XIV- Representar a associação em Juízo ou fora dele

XV- Convocar a Assembléia Geral e o Conselho Deliberativo.

XVI- Presidir as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo.

XVII- Supervisionar os trabalhos do Clube

XVIII- Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal Relatórios Financeiros e Símulas de Atividades.

XIX- Admitir e dispensar, com a aprovação do Conselho Deliberativo, o Diretor da Secretaria Executiva.

XX- Apresentar ao Conselho Deliberativo os Relatórios da Secretaria Executiva.

XXI- Assinar convênios, acordos ajustes, contratos ou documentos, equivalentes, aprovados pelo Conselho Deliberativo.

XXII- Movimentar, juntamente com o Tesoureiro Geral, fundos e contas bancárias.

XXIII- Receber subvenção, auxílios ou quaisquer recursos destinados aos trabalhos e atividades do Clube.

XXIV- Compor Conselhos, comissões e grupos de trabalhos, designando-lhes os membros, ouvido o Conselho Deliberativo.

XXV- Delegar competências, com aprovação do Conselho Deliberativo.

XXVI- Praticar todos os atos que pelo presente estatuto, não sejam da competência de órgãos.

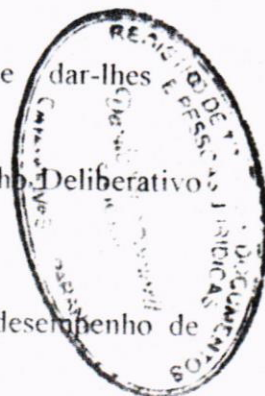
Art. 14º - Compete ao Vice-Presidente Substituir o Presidente em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas atividades.

Art. 15º - Compete ao Secretário Geral:

VI- Responsabilizar-se pelo expediente das Secretarias.

VII- Determinar tarefas para o bom funcionamento.

- VIII- Tomar conhecimento da correspondência recebida, e dar-lhes encaminhamento necessário.
- IX- Redigir os documentos oficiais do Clube.
- X- Desempenhar atividades específicas designadas pelo Conselho Deliberativo e por seu Presidente.



Art. 16º - Compete ao Secretario Auxiliar:

- III- Colaborar, quando solicitado, com o Secretario Geral no desempenho de suas atribuições.
- IV- Substituir, em seus impedimentos, o Secretario Geral.

Art. 17º - Compete ao Tesoureiro Geral:

- X- Arrecadar os recursos financeiros do Clube
- XI- Organizar e fiscalizar a contabilidade.
- XII- Indicar ao Conselho deliberativo com a aprovação do diretor da Secretaria Executiva, o nome do responsável pela contabilidade.
- XIII- Assinar, com o presidente, cheque o todos os demais documentos contábeis
- XIV- Providenciar o pagamento das despesas e contas
- XV- Responsabilizar-se pelo Livro Caixa
- XVI- Controlar saldos, saques, depósitos bancário
- XVII- Apresentar, mensalmente ao Conselho Deliberativo o Balancete da receita e das despesas
- XVIII- Apresentar anualmente ao Conselho Deliberativo o balanço anual do Clube para posterior aprovação da Assembléia Geral.

Art. 18º - Compete ao Tesoureiro Auxiliar:

- III- Desenvolver tarefas indicadas pelo Tesoureiro Geral
- IV- Substituir o Tesoureiro Geral em seus impedimentos.

Art. 19º - Compete ao Diretor do Patrimônio:

- IV- Conservar, Manter, Fiscalizar e orientar possíveis transformações do Patrimônio
- V- Manter atualizado o inventário de todos os bens do Clube
- VI-

Art. 20º - O Conselho deliberativo reunir-se-á:

- XI- Ordinariamente, a cada 1 vez por mes.
- XII- Extraordinariamente, quando convocado.
- d) Por seu Presidente.
- e) Pela maioria de seus membros.
- f) Pela maioria do conselho fiscal.
- g)

CAPITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 21º - O Conselho fiscal é o órgão controlador das finanças do Clube

1º.-O Conselho Fiscal será composto por (três) membros efetivos e três suplentes

2º- Seus membros efetivos e suplentes serão, eleitos de 2 em 2 anos, pela Assembleia Geral.

3º- Membros do Conselho Fiscal não poderão integrar o Conselho Deliberativo

Art. 22º- Compete ao Conselho Fiscal.

V- examinar em qualquer tempo, os livros e papéis do Clube de sua Tesouraria.

VI- Fiscalizar as atividades desenvolvidas pela Tesouraria.

VII- Lavrar em livro próprio, parecer sobre as finanças do Clube e submetê-lo à aprovação da Assembleia Geral.

VIII- Emitir parecer, quando consultado pelo Conselho Deliberativo sobre matéria pertinente às finanças do Clube e obrigatoriamente sobre despesas e receitas, cujo valor ultrapassar 20 (vinte) salários mínimos.

Art. 23º- Aos suplentes, compete substituir, quando convocados, os membros efetivos e seus impedimentos.

CAPITULO VI DAS ELEIÇÕES

Art.24º- São cargos eletivos do Clube, os membros do Conselho deliberativo e do Conselho Fiscal.

Art. 25º- A eleição para os membros do Conselho Deliberativo ocorrerá de 2 em 2 anos.

1º- As chapas que concorrerão o Conselho Deliberativo serão constituídos por sete membros, devendo ser indicado o respectivo cargo.

Art. 26º- Três faltas consecutivas, sem justa causa, a associada será afastada do Clube por tempo de 6 (seis) meses. E para ingressar novamente no Clube, deverá pagar uma taxa de R\$ 5.00 (cinco) reais.

1º- As chapas concorrentes deverão conter o nome dos membros efetivos e suplentes.

2º- Aplicam-se para a eleição do Conselho Fiscal as mesmas normas do Conselho Deliberativo.

Art. 27º - No decorrer do ano, a associada não poderá ter mais de 3 faltas consecutivas sem comprovar justa causa. Caso não comprovar, será excluída do Clube por 6 meses. Após esse período poderá novamente ser sócia do Clube, mas como critério, deverá pagar uma taxa de R\$ 5 00 (cinco reais) para sua inclusão.

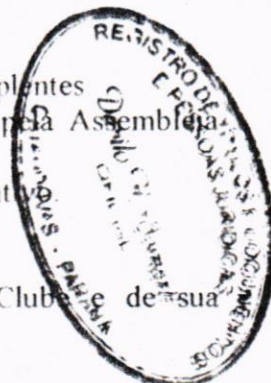
CAPITULO VII DO PATRIMONIO E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 28º - O Patrimônio do Clube será constituída por:

XIII- Bens e Diretoria a ela doados.

XIV- Bens adquiridos ou constituídos.

XV- Bens provenientes de rendas Patrimoniais.



XVI- Doações dos poderes públicos, da comunidade e de instituições em geral.
Parágrafo Único- O Clube de Mães, poderá receber doações, com ou sem encargos, inclusive para a constituição de fundos especiais.

Art. 29º - Os bens e direitos do Clube poderão ser utilizados para realizar os objetos previsto no art.3º do Estatuto, permitida a inversão de uns e de outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

Art 30º - A Alienação de Imóveis dependerá de parecer favorável do Conselho Deliberativo e da aprovação da Assembléia Geral.

Parágrafo Único- O produto de venda de imóveis destinar-se-á a aquisição de outros mais rendosos ou conveniente.

Art. 31º- Constituirão rendimentos do Clube.

- X- Os provenientes de seus títulos da dívida pública.
- XI- O usufruto a ela conferida
- XII- As rendas de seu patrimônio
- XIII- As rendas em seu favor constituídas por terceiros
- XIV- As contribuições ou doações feitas pelos que regularmente que a ela se inscreveram
- XV- As subvenções ou auxílio do poder público
- XVI- As demais doações, auxílios ou recursos a elas destinadas por pessoas físicas, por entidades de economia mista.
- XVII- Os valores eventualmente recebidos;
- XVIII- As rendas por serviços prestados.

Art. 32º- O exercício financeiro coincidirá pelo conselho Deliberativo

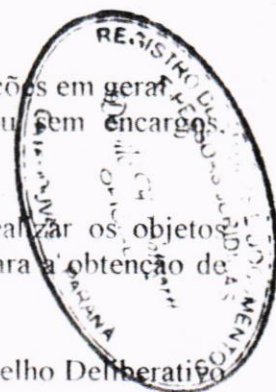
Art. 33º - Os resultados do exercício serão lançados na conta do Patrimônio e nas contas de Fundo Especiais Permitindo a utilização no custeio de programas e atividades da Associação.

Art.34º- Do relatório do Clube, constará a prestação de contas, compreendendo esta o balanço e anexo necessário.

CAPITULO VIII DA EMENDA E DA REVISÃO DO ESTATUTO

Art. 35º - O presente Estatuto poderá ser emendado ou revisto mediante proposta do Conselho Deliberativo ou de 1/3 da Assembléia Geral.

CAPITULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 36º- O Clube de Mães de Flor da Serra, não distribuirá rendas, lucros, dividendos ou quaisquer outros tipos de rendimentos ao membros da Diretoria, sob qualquer forma ou espécie, aos participantes da pessoa jurídica ou a estranhos.

Art. 37º- Todos os rendimentos, auxílios, subvenções ou recursos, que receber o Clube de Mães de Flor da Serra, serão aplicados integralmente na manutenção de suas atividades e no atendimento gratuito de suas finalidades.

Art. 38º- O Clube extinguir-se á mediante o voto de 4/5 pelo menos da totalidade dos membros que constituem a Assembléia Geral.

Parágrafo Único- Deliberada a extinção, o patrimônio do Clube de Mães, destinar-se-á a outra Entidade sem fins lucrativos, aprovada pela maioria da Assembléia Geral.

Art. 39º- A Assembléia geral que aprovar o presente Estatuto elegerá no processo eleitoral por ela determinado, o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

Art. 40º - O Estatuto do Clube de Mães, entrará em vigor na sua data de aprovação pela Assembléia Geral que instituir a entidade.

Art.41º- São sócios Beneméritos os fundadores do Clube de Mães Nossa Senhora de Medianeira.

Três Barras do Paraná, 10 de março de 1999.

Elvira Zell Cassoni

Presidente

Marli Mazon

Vice- Presidente

Amair de I. Negandasilva

1º Secretária

Verli J. Buzon

2º Secretária

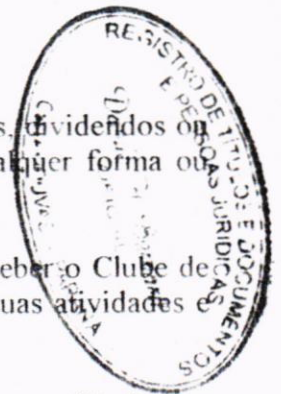
Jovane Maria Zambatto Bortol

1º Tesoureira

Barbara Ino Correa

2º Tesoureira

Diretora de Patrimônio



Art. 36- O Clube de Mães de Flor da Serra, não distribuirá rendas, lucros, dividendos ou quaisquer outros tipos de rendimentos aos membros da diretoria, sob qualquer forma ou espécie, aos participantes da pessoa jurídica ou a estranhos

Art. 37- Todos os rendimentos, auxílios, subvenções ou recursos, que receber o Clube de Mães de Flor da Serra, serão aplicados integralmente na manutenção de suas atividades e no atendimento gratuito de suas finalidades.

Art. 38- O clube extinguir-se-á mediante o voto de 4/5 pelo menos da totalidade dos membros que constituem a Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Deliberada a extinção, o patrimônio do Clube de Mães destinar-se-á a outra entidade sem fins lucrativos, aprovado pela maioria da Assembléia Geral.

Art. 39- A Assembléia Geral que aprovar o presente estatuto elegerá, no processo eleitoral, por ela determinado, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.

Art. 40- O Estatuto do Clube de Mães entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral que instituir a entidade.

Art. 41- São sócios beneméritos os fundadores do Clube de Mães Nossa Senhora de Medianeira.

TRES BARRAS DO PARANA, 10 DE MARÇO DE 1.999

MARIA JOSE MARQUES CASSONI
PRESIDENTE

MARLI MARIA DEZAN
VICE-PRESIDENTE

MARIA JOSE MARQUES CASSONI

MARLI MARIA DEZAN

SERVIÇO NOTARIAL BOZZA DE LIMA
115, Centro do Paraná - Caixa de Correios-PR
Fone/Fax (043) 235-1290

Reconheço por Verdadeira a(s) Firm.
Maria Jose Marques
Cassoni, Marli Maria
Dezan (02)
Do que dou fe.
Em Test. de Verba
Três Barras do Paraná-PR, 25/03/2000

☒ Sergio Bozza de Lima-Notário
☐ Kerlen Elizabeth Bozza de Lima Rosa- Aux. Jur.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
Avenida das Pinheiras, 1150 - Fone/Fax: (043) 235-1290	
COMARCA DE CATANDUVAS - PARANÁ	
Pront. sob nº	2550 Livro "A.D.D."
Regist. sob nº	198 do Livro "A.D.D."
Distribuidor Público sob nº	1422000-liv. 01. fls 17
de Reg	Integral
Catanduvás	26 de março de 2000
<input type="checkbox"/> Oficial	<input checked="" type="checkbox"/> Oficial



CAPITAL DO FEIJÃO

CÂMARA MUN. DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NO PROJETO DE LEI N.º 57/2000 DO LEGISLATIVO MUNICIPAL


A Comissão de "EDUCAÇÃO SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL", composta pelos vereadores: ADELMO DE SOUZA, ANTÔNIO M. DA SILVA e HÉLIO NOJEHOVSI, reuniram-se em data de 30 de OUTUBRO de 2000 para estudar o PROJETO DE LEI N.º 57/2000 do Legislativo Municipal e dar o PARECER.


Após minucioso estudo do referido Projeto analisado nos diversos aspectos de competência desta Comissão, chegamos à conclusão que, o referido PROJETO DE LEI merece, por parte desta Comissão, sua APPROVAÇÃO.

É O PARECER

Sala das Comissões da Câmara Municipal, aos 30 de OUTUBRO de 2000


ADELMO DE SOUZA
Presidente


ANTÔNIO M. DA SILVA
Secretário


HÉLIO NOJEHOVSI
Membro



CAPITAL DO FEIJÃO

CÂMARA MUN. DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS


NO PROJETO DE LEI N.º 17/2000 DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

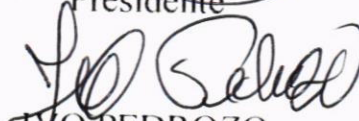
A Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTOS, composta pelos vereadores: Hélio Bruning, Ivo Pedrozo e Osmar G. Fernandes, reuniram-se em data de 30 de Outubro de 2000 para estudar o PROJETO DE LEI n.º 17/2000 e dar o PARECER.

Após minucioso estudo do referido projeto, analisado nos diversos aspectos de competência dessa Comissão, chegaram à conclusão que o referido Projeto merece, por parte dessa Comissão, a sua APROVAÇÃO

É O PARECER

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 30 de Outubro de 2000


HÉLIO K. BRUNING
Presidente


IVO PEDROZO
Secretário


OSMAR FERNANDES
Membro

CÂMARA MUN. DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO


NO PROJETO DE LEI N.º 17/2000 DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

A Comissão de JUSTIÇA E REDAÇÃO, composta pelos vereadores : Osmar Fernandes, Hélio Nojehovski e João B. de Souza, reuniram-se em data de 30 de OUTUBRO de 2000 para estudar o PROJETO DE LEI n.º 17/2000 e dar o PARECER.

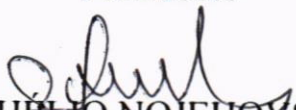
Após minucioso estudo do referido projeto, analisado nos diversos aspectos de competência dessa Comissão, chegaram à conclusão que o referido Projeto merece, por parte dessa Comissão, a sua APROVAÇÃO

É O PARECER

Sala das Sessões da Câmara Municipal, aos 30 de OUTUBRO de 2000



OSMAR FERNANDES
Presidente



HELIO NOJEHOVSKI
Secretário



JOÃO BATISTA DE SOUZA
Membro